

Ministro diz que sistema não será privatizado

Paulo Renato afirma que o governo deseja parcerias, mas manterá o controle do ensino

O ministro da Educação, Paulo Renato Souza, disse ontem em São Paulo que o governo não tem nenhum plano de privatização do ensino no País. O ministro afirmou que o governo deseja parcerias com a iniciativa privada, mas essa participação não significa transferência do controle das instituições. Souza negou ainda que o novo sistema educacional tenha orientação do Banco Mundial (Bird).

“O fundão é idéia nossa e o provão foi idéia minha”, afirmou. Paulo Renato declarou que quer “parcerias para a melhoria do ensino e não para tirar a responsabilidade do setor público”. Ele criticou o que chamou de “paranóia” das entidades ligadas aos professores, sobre tudo o que é modernização. Segundo o ministro, para facilitar a crítica, as entidades afirmam que o governo está sofrendo pressões externas. “Isso é ridículo”, afirmou.

O ministro da Educação criticou também os argumentos das entidades, que discordam da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB). “Havia um projeto das entidades que era favorável às corporações e eu fui contra isso”, disse. “Agora, dizer que o projeto do senador Darci Ribeiro favorece o capital externo é um absurdo”, afirmou.

Para o ministro, a principal medida do governo na reforma foi a aprovação da Emenda 14, que criou o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, o fundão. Paulo Renato disse que, pelo novo sistema, os gastos por aluno ao ano, que eram de R\$ 50,00, passam a ser de, no mínimo, R\$ 315,00. O fundão terá anualmente R\$ 160 milhões. “Pode haver aumento salarial de professores de até 150%, em alguns casos.”

Ele afirma que as mudanças feitas pela Secretaria Estadual de Educação de São Paulo representam uma racionalização do sistema. Paulo Renato acrescentou que a transformação da Universidade Estadual do Tocantins em entidade de direito privado “nada tem a ver com o governo federal”. Ele afirmou que o Laboratório de Luz Síncroton, de Campinas (SP), que passou por uma organização social, como defendia o Ministério da Reforma Administrativa, não tem ligação com o MEC, mas com o Ministério de Ciência e Tecnologia. “Fui contra essa idéia do ministro Bresser Pereira”, disse. Ele defendeu as ações do MEC: “Estamos fazendo uma revolução na educação.”